

Pode um menor delinquente ser uma vítima da guerra? Os especialistas da Justiça de Menores francesa frente aos impactos psíquicos da Segunda Guerra Mundial

 /tempoargumento

 @tempoargumento

 @tempoargumento

 **Franciele Becher**
Université Paris 8
Paris – FRANÇA
lattes.cnpq.br/9828138301306437
franciele.becher@gmail.com
 orcid.org/0000-0001-5021-905X

Editores Responsáveis (Convidados):

Viviane Borges

Universidade do Estado de Santa Catarina
orcid.org/0000-0002-7576-7789

Silvano Montaldo

Universidade de Turim
orcid.org/0000-0003-0820-8730

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317442025e0103>

Recebido: 04/11/2024

Aprovado: 11/04/2025



Pode um menor delinquente ser uma vítima da guerra? Os especialistas da Justiça de Menores francesa frente aos impactos psíquicos da Segunda Guerra Mundial

Resumo

Por meio de uma análise qualitativa de dossiês da Justiça de Menores francesa, este artigo propõe um estudo de caso sobre a maneira como especialistas dos centros de observação (principalmente psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais) avaliaram adolescentes infratores com claros sinais de sofrimento psíquico decorrente dos bombardeios e da repressão racial da Shoah durante a Segunda Guerra Mundial e a ocupação nazista da França, que passaram por essas instituições entre 1945 e 1953. A análise dos dossiês de Angèle e Olivier, vítimas diretas dos ataques aéreos, assim como dos de Manès e Yann, dois adolescentes judeus fortemente afetados pelo genocídio, revelam uma profunda incompreensão dos especialistas em relação ao sofrimento desses jovens. Em alguns casos, o contexto da guerra foi completamente ignorado, ou então minimizado em favor de interpretações que reforçaram estereótipos ultrapassados sobre delinquência juvenil, preconceitos sociais ou arquétipos de gênero. Muitas vezes, os especialistas se declararam mesmo incompetentes para lidar com esses adolescentes, o que resultou na invisibilização de suas experiências juvenis da guerra, manifestadas na angústia registrada nas fontes analisadas. Conclui-se que, embora os centros de observação tenham sido idealizados como instituições modernas e científicas, voltadas a auxiliar o juiz a romper com o ciclo repressivo da Justiça de Menores francesa, que ingressou em uma nova era a partir de 1945, eles não estavam preparados para acolher esses adolescentes marcados pela guerra e pela repressão. Essas instituições acabaram, assim, por reforçar antigas nosografias psiquiátricas e os estereótipos da delinquência juvenil do período entreguerras.

Palavras-chave: Guerra Mundial, 1939-1945; trauma psíquico; delinquência juvenil; Juizado de Menores – França.

Can a juvenile delinquent be a war victim? The response of french Juvenile Justice specialists to the psychological impacts of World War II

Abstract

Through a qualitative analysis of case files from the French Juvenile Justice system, this article presents a case study on how specialists from observation centers (primarily psychiatrists, psychologists, and social workers) assessed juvenile delinquents exhibiting clear signs of psychological suffering resulting from bombings and racial repression during the Holocaust in World War II and the Nazi occupation of France, who passed through these institutions between 1945 and 1953. The analysis of the case files of Angèle and Olivier, direct victims of air raids, as well as those of Manès and Yann, two Jewish adolescents heavily affected by genocide, reveal a profound misunderstanding among specialists regarding the suffering of these youths. In some instances, the context of the war was entirely ignored or minimized in favor of interpretations that reinforced outdated stereotypes about juvenile delinquency, social prejudices, or gender archetypes. Often, the specialists even declared themselves incompetent to deal with these adolescents, leading to the invisibility of their war-related juvenile experiences, which were manifested in the anguish documented in the analysed sources. It concludes that, although the observation centers were envisioned as modern and scientific institutions aimed at assisting judges in breaking the repressive cycle of the French Juvenile Justice system, which entered a new era in 1945, they were ill-equipped to accommodate these war-affected and oppressed adolescents. Consequently, these institutions ended up reinforcing outdated psychiatric classifications and stereotypes of juvenile delinquency from the interwar period.

Keywords: World War II, 1939-1945; psychological trauma; juvenile delinquency; Juvenile Court – France.

Escrever uma história da Segunda Guerra Mundial através da experiência adolescente do conflito. Esse foi o desafio que nos impusemos, e que se desdobrou em uma reflexão que tentou dar conta de como foi viver os anos de infância e juventude em meio às bombas, às perseguições, às restrições e à violência na França, um país subjugado¹. Entre os anos 1940 e 1944, a terra do Iluminismo viveu sob a trevas da ocupação nazista. Durante esse período, estabeleceu-se uma ditadura liderada pelo Marechal Philippe Pétain, que transferiu a capital de Paris para Vichy, no centro do país. Pétain implementou a chamada “Revolução Nacional”, um projeto de modernização conservadora baseado na tríade “Trabalho, Família, Pátria”, singular entre os países da Europa Ocidental. Esse regime colocou em prática a estratégia da Colaboração de Estado, cooperando ativamente com as autoridades nazistas na repressão política e racial, sancionando leis, promovendo expurgos, criando órgãos de repressão, efetuando prisões, e construindo campos de concentração e de internamento dentro do território francês.

Na França que sai do conflito, as feridas da guerra demoraram a fechar. Elas seguiram vivas para as famílias que perderam entes queridos; para os que tiveram que se refazer a partir dos escombros; para os que se envolveram nas tramas de poder do país ocupado; para os que viveram a experiência da deportação política e racial; para os que decidiram se juntar aos combates; para os soldados que passaram anos em prisões inimigas; para os que acabaram presos por trair a nação; para os que tentaram refazer suas trajetórias e identidades após a tormenta. A guerra acabou em 1945 (na França, já tinha, em muitos aspectos, terminado ainda em 1944), mas seguia viva. E reaparece, indelével, em acervos documentais que jamais pretenderam registrá-la.

Os dossiês pessoais de adolescentes mantidos em centros de observação da Justiça de Menores francesa se mostraram uma fonte riquíssima para compreender não só a infância e a juventude dos anos 1940-50, mas em particular

¹ Referimo-nos aqui à nossa tese de doutorado, desenvolvida na Université Paris 8 junto ao Institut d’histoire du temps présent (IHTP) e defendida em janeiro de 2024. A pesquisa se intitula « *C’était la première fois que j’allais voir la guerre... L’expérience adolescente de la Seconde Guerre mondiale (dossiers judiciaires des centres d’observation, 1941-1958)* », e foi orientada pelo prof. Dr. Mathias Gardet. O presente artigo se trata de um aprofundamento de reflexões iniciadas durante a tese.

como elas viveram a Segunda Guerra Mundial à sua maneira. Essas instituições, que consagraram a atuação das “ciências do psíquico” (*sciences du psychisme*) junto aos menores vulneráveis e em conflito com a lei, funcionavam em regime de internato, e tinham como função realizar um estudo comportamental dos adolescentes que lhes eram confiados pelos tribunais, numa tentativa de identificar os fatores psicossomáticos que os levaram ao ato infracional, ou seja, de investigar as causas etiológicas da delinquência. Experimentadas na França no período entreguerras, essas instituições começaram a fazer parte do repertório jurídico dos juízes da infância durante os anos de Vichy e da ocupação nazista, sobretudo na região parisiense, e se multiplicaram no país a partir do pós-guerra.

Ser um menor perante a justiça, ser adolescente ou criança da guerra. Os indivíduos cujos percursos biográficos tentaremos retrair neste artigo cresceram entre esses mundos, que se entrelaçam constantemente na documentação – e que, de forma surpreendente, ficaram muitas vezes de fora das avaliações dos especialistas, que insistiram em enxergar somente o ato infracional ou os problemas de desorganização familiar em suas trajetórias, e isso mesmo diante do sofrimento psíquico manifesto que aparece nos dossiês.

A imersão que realizamos nos processos judiciais e nas produções desses adolescentes durante suas estadias nos centros de observação nos revela as múltiplas facetas da figura da criança e do adolescente em tempos de guerra – e dos menores infratores em tempos de paz. A Segunda Guerra Mundial consagrou a figura da criança como a vítima civil por excelência. Seus pés descalços entre as ruínas, como ficou marcado em toda uma iconografia que emergiu a partir de 1945, testemunharam tanto da sua fragilidade física e psíquica quanto do espaço devastado de uma Europa em pedaços.

Não é da nossa competência, como historiadores da experiência juvenil da guerra, debater sobre a existência ou não do trauma a partir dos conceitos das ciências do psíquico, da psicologia ou da psiquiatria. Nesse sentido, concordamos com Nicholas Stargardt, que sustenta que o conceito de trauma é uma categoria de difícil aplicação histórica e que deve ser usada de maneira limitada sempre que possível. Mesmo em nível individual, é impossível prever se um evento será necessariamente “traumatizante” para um indivíduo (Stargardt, 2006). Generalizar

isso para todas as crianças e adolescentes expostos à realidade da guerra os transformaria em vítimas passivas desses eventos (Stargardt, 2006, p. 11). Por isso, limitaremos nossa discussão a casos em que a hipótese de um trauma, ou de um abalo psíquico mais profundo, é sugerida ou explicitamente nomeada nos documentos com que trabalhamos.

Por fim, não pretendemos aqui fazer uma análise exaustiva sobre a forma como os especialistas dos centros de observação lidaram com o trauma de guerra adolescente, mas uma análise qualitativa, guiada por estudos de casos em que essas questões afloram nos diversos documentos que compõem os dossiês de observação, ilustrando a forma como essa problemática foi tratada nessas instituições². Para isso, decidimos nos concentrar em dois casos de “choques” psíquicos causados pelos bombardeios em solo francês, através das trajetórias de Angèle e Olivier³, e dois casos de adolescentes judeus, diretamente implicados na Shoah, que se desdobram nos percursos de Manès e Yann. Porém, antes de falar sobre o impacto psíquico da guerra nessas trajetórias adolescentes, nos voltaremos para uma discussão mais aprofundada sobre os centros de observação, e sobre como diversos discursos se entrelaçaram no cotidiano dessas instituições através das análises dos especialistas que se devotaram a “desvendar” os mecanismos da delinquência e da vulnerabilidade juvenil.

1. Os centros de observação: uma nova forma de ver o fenômeno da delinquência juvenil?

A prática de observação de menores teve origem em iniciativas como as *Child Guidance Clinics* e medidas implementadas pelo Instituto Psicológico do Tribunal de Chicago nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e o início do século XX. Na Europa, a referência foi o centro de observação de Moll, na Bélgica, inaugurado em 1913. Já no contexto francês, surgiram iniciativas similares a partir

² Já realizamos um exercício semelhante, a partir de outros casos, em um artigo publicado em uma revista francesa de psicologia clínica e em uma coletânea de textos sobre infâncias em guerra (Becher, 2023; Becher; Gardet, 2022).

³ Todos os nomes próprios utilizados neste artigo são fictícios, e respondem a uma necessidade legal e ética de proteger os nomes reais dos adolescentes envolvidos, segundo condiciona a legislação francesa que dá conta da utilização de documentos sensíveis por parte dos historiadores.

da década de 1920, como a criação de centros em Paris e outras cidades⁴. Esse movimento teve como base o trabalho de especialistas em neuropsiquiatria infantil, como Georges Heuyer, que associavam a delinquência juvenil a distúrbios psicológicos e “anormalidades” não diagnosticadas, reforçando a necessidade de uma perícia médico-psicológica que antecederesse o julgamento dos menores delinquentes (Heuyer, 1914)⁵.

Em 1925, Heuyer foi nomeado chefe do serviço da clínica de neuropsiquiatria infantil vinculada ao Patronato da Infância e da Adolescência, em Paris, onde conseguiu construir uma base empírica sólida para seus estudos, ao mesmo tempo em que desenvolveu grandes projetos para a consolidação da sua especialidade. Além disso, ao longo de sua carreira, o especialista formou e trabalhou ao lado de numerosos internos e médicos, incluindo os que estariam na linha de frente dos futuros centros de observação e que serão mencionados neste artigo. Em 1927, por exemplo, ele colaborou com Jacques Roubinovitch na criação de um serviço de exame médico-psicológico de menores delinquentes que foi instalado na prisão da Petite Roquette, em Paris, onde também atuaram Marguerite Badonnel e Lucie Bonnis (Boussion, 2016, p. 62-63).

Ao longo dos anos 1930, em um contexto fortemente marcado pelas influências do higienismo e do eugenismo, a psiquiatria infantil buscou se afirmar como especialidade na França, ainda oscilando entre medidas de controle social e tentativas de tratamento mais humanizado. Essas discussões e inovações se deram sobretudo no âmbito das instituições vinculadas à Justiça de Menores. Esse ramo da neuropsiquiatria conquistava, assim, não apenas visibilidade fora do espaço hospitalar, mas também atraía uma população de crianças que, até então, escapava a essa forma de expertise – o que também evidenciou o crescente processo de medicalização da infância (Gardet, 2016).

⁴ Pode-se citar, por exemplo, as iniciativas criadas na casa de educação para meninas La Tutélaire (Paris, 1920); no asilo de Denfert Rochereau da Assistência Pública, sobretudo na clínica dirigida por Georges Heuyer (Paris, 1923); no lar de Soullens, de Olga Spitzer (Brunnoy, 1929); em uma casa de observação em Lyon (1935); em centros abertos no Havre e em Saint-Étienne (1937); e em um centro de triagem em Montlhéry (1941). Também podemos mencionar as experiências de observação realizadas nas prisões de Fresnes e da Petite Roquette (Blanchard; Gardet, 2017, p. 115; Gardet, 2012, p. 160; Sanchez, 1995, p. 51, 1998, p. 124).

⁵ Obra publicada a partir de sua tese de doutorado em medicina.

Com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, o campo da observação de menores se expandiu através da lei de 27 de julho de 1942, que previa a obrigatoriedade de exames de observação para todo “menor de Justiça”. Apesar de não ter sido totalmente implementada devido ao próprio contexto da guerra, essa legislação representou um avanço ao pretender substituir um modelo puramente punitivo por um modelo de reeducação juvenil (Blanchard; Gardet, 2017, p. 115; Chauvière, 2009, p. 42; Fishman, 2008, p. 230-231). Entretanto, a expansão e a generalização dos centros de observação foram formalizadas na ordenança de 2 de fevereiro de 1945, que consagrou essas instituições como elementos-chave da justiça juvenil, definindo suas atribuições e seu quadro legal de funcionamento, ao mesmo tempo recomendando que essa expertise psicossocial se tornasse sistemática. Emergindo de um verdadeiro consenso social, a nova Justiça dos Menores se especializou e introduziu a figura de um magistrado especializado, reforçando a primazia do aspecto educativo sobre o punitivo, se inserindo assim perfeitamente no contexto da reconstrução do país após o fim da guerra e da ocupação nazista. O objetivo era, mais do que nunca, cuidar dos jovens delinquentes e “salvaguardá-los”. O período que vai da Liberação até o início da década de 1960 é frequentemente designado na França como a “era da observação” (Bantigny, 2004, p. 94).

Os centros de observação funcionavam como instituições fechadas, onde adolescentes de 13 a 21 anos, autores de atos infracionais ou em situação de vulnerabilidade (como os que eram apreendidos em situação de “vadiagem”, por exemplo) passavam por avaliações psiquiátricas, psicológicas e sociais, visando compreender sua conduta e seu comportamento desviante, durante uma estadia que durava em média três meses. Buscava-se identificar os fatores psicossociais que os levavam a essa situação, com foco em uma avaliação profunda e multidisciplinar por diversos especialistas. Essas avaliações resultavam em relatórios que orientavam a decisão judicial, que podia variar entre o retorno à família, a colocação em regime de liberdade vigiada, em internações em instituições sociais ou de saúde e, em último recurso, um envio para instituições prisionais.

Os centros de observação também consagraram a preponderância da expertise das ciências do psíquico, como a psiquiatria e a psicologia, na Justiça de Menores, que se reclamavam de métodos modernos de observação, que deveriam ser científicos e totalizantes, produzindo uma avaliação aprofundada dos caminhos que levaram esses jovens às malhas da Justiça. No entanto, esses métodos científicos não deixaram de ser frequentemente influenciados pelos preconceitos da época, como demonstram os diversos documentos dos dossiês que serão utilizados nessa análise. Mesmo com os avanços das técnicas de observação e a tentativa de uma abordagem menos punitiva do ato infracional, o que emerge dos documentos dessas instituições demonstra que todo o processo ainda era profundamente marcado por tensões entre os diferentes profissionais envolvidos, resultando em conclusões fragmentadas e muitas vezes ineficazes, em que havia pouco espaço para a compreensão da singularidade de cada um dos adolescentes.

As vozes dos jovens parecem se perder em meio à cacofonia presente nos dossiês: além dos especialistas envolvidos no cotidiano dos centros de observação e os que são mobilizados em outros serviços (psiquiatras, médicos, psicólogos, assistentes sociais, policiais, entre outros), a vida íntima desses sujeitos era também investigada através de entrevistas com membros da família, antigos professores e empregadores, vizinhos e outras pessoas que tiveram contato com eles antes que eles fossem apreendidos. Um grande quebra-cabeça sobre a trajetória desses adolescentes e sua relação com os atos infracionais pode aos poucos ser montado através dos múltiplos documentos que constam em cada dossiê (enquetes sociais, relatórios, avaliações, exames médicos, testes psicológicos e escolares etc.), o que evidencia também a polifonia de discursos que atravessam essas fontes.

Mesmo quando os jovens escrevem, desenham ou se expressam diretamente, como nos exercícios escolares, redações e cartas que eles redigiam durante a estadia nos centros⁶, são os vários discursos dos especialistas que

⁶ Sobre essas produções gráficas e escritas dos adolescentes dos centros de observação, consultar: GARDET, M. Pâtés et tâches à la plume Sergent-Major : les trésors enfouis des cahiers d'écoliers de jeunes délinquants. *Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »*. Le Temps de l'histoire, Vaucresson, n. 11, p. 144, 2009a.

tomam a dianteira, e que muitas vezes (re)escrevem essas trajetórias adolescentes. Porém, de forma paradoxal, é o próprio mecanismo institucional de observação, em sua “[...] prática obsessiva de tudo registrar, de tudo conservar para um uso por vezes expeditivo, que gera acumulações de arquivos empoeirados à beira do delírio” (Gardet, 2009, p. 4, tradução nossa) que nos oferece, por fim, as chaves para esse universo íntimo. E que nos possibilita ver a Segunda Guerra Mundial, seus impactos sociais, físicos e psíquicos, e a forma como as diversas expertises implicadas no estudo da delinquência lidaram com esses efeitos.

Para os fins deste artigo, foram utilizados os dossiês pessoais de adolescentes enviados para centros de triagem e observação instalados na região parisiense: Charenton, Savigny-sur-Orge e Chevilly-Larue. Para atender à população masculina, diversos centros geridos pelo poder público foram criados ao longo da guerra; o de Charenton existiu entre 1945 e 1949, em uma área reservada dentro do forte de Charenton, localizado em Maisons-Alfort, ao sudeste de Paris, destinada a acolher jovens delinquentes considerados de alta periculosidade. O centro-modelo de Savigny-sur-Orge, ao sul de Paris, foi inaugurado também em 1945 e funcionou até 1972, e acabou concentrando o serviço de observação de menores na região parisiense no pós-guerra. Para as meninas, a prática da observação foi monopolizada pelo centro-refúgio de Chevilly-Larue, também localizado ao sul da capital, mas dirigido pela congregação religiosa de Notre-Dame de Charité du Refuge, que começou a funcionar de forma improvisada em 1942, e que operou como centro de observação e reeducação entre 1948 e os anos 1970⁷.

Começaremos nossa análise apresentando os percursos de Angèle e Olivier, dois adolescentes que foram marcados pelo grande dilúvio “de ferro e de aço” (Knapp, 2012, p. 19, tradução nossa), pelos ataques aéreos que se abateram sobre a França ao longo do segundo conflito mundial.

⁷ Para saber mais sobre essas instituições, consultar: BLANCHARD, V. *Mauvaises filles : portraits de la déviance féminine juvénile (1945-1958)*. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université de Poitiers, Poitiers, France, 2016 e Sanchez (1995, 1998).

2. Os impactos psíquicos dos bombardeios: os casos de Angèle e Olivier

A existência de “choques nervosos”⁸ provocados pelos bombardeios vividos durante a Ocupação são visíveis nos dossiês de observação. Para entender melhor os impactos prolongados dessas experiências e, por outro lado, levar em consideração a forma como os experts dos centros de observação reagiram diante desses adolescentes, escolhemos analisar em profundidade dois casos: o de Angèle, que chegou a Chevilly-Larue logo após o fim da guerra, em 1945, e o de Olivier, admitido em Savigny-sur-Orge em 1953.

Esses dois casos, assim como outros que serão abordados na seção dedicada aos impactos da Shoah, ilustram as questões médico-psicológicas que surgem logo após o fim do conflito em relação à “infância vítima da guerra”. Essa categoria já existia desde a Primeira Guerra Mundial para os órfãos de combatentes, mas adquiriu um novo significado e “[...] passa a encarnar o caráter universal e total do impacto da guerra sobre a população juvenil, representando agora a vítima por excelência de um conflito que se distingue pela extensão de sua violência contra os civis” (Boussion; Gardet, 2021, p. 25, tradução nossa). No entanto, apesar de um investimento considerável das ciências do psíquico nesse campo, e apesar de uma rica circulação e intercâmbio de saberes que ocorreram desde o fim do conflito, incluindo esforços transnacionais e transdisciplinares⁹, havia uma oscilação entre o “reconhecimento de um trauma específico e a negação do impacto do evento” (Boussion; Gardet, 2021, p. 47, tradução nossa). Essa oscilação se manifestou concretamente no cotidiano dos centros de observação, onde os sofrimentos de alguns adolescentes foram continuamente relegados a segundo plano, em favor de velhos clichês sobre a delinquência juvenil.

⁸ A maioria dos documentos utiliza o termo “choques” para descrever os impactos psicológicos dos bombardeios. Segundo Samuel Boussion, esse termo foi emprestado do inglês “shocks”, usado pelos britânicos, e já estava em circulação no final da guerra (Boussion, 2022, p. 51).

⁹ Podemos citar, nesse contexto, as Semanas Internacionais de Estudos para a Infância Vítima da Guerra (*Semaines internationales d'études pour l'enfance victime de la guerre – SEPEG*), fundadas na Suíça a partir do final de 1944 por pedagogos, psicólogos e psiquiatras, bem como a conferência internacional dos diretores de vilarejos infantis realizada em Trogen, também na Suíça, em julho de 1948, lançada pela UNESCO, cujo objetivo era discutir a “reconstrução física e moral da juventude” após a guerra (Boussion, 2022; Boussion; Gardet; Ruchat, 2020).

Quando Angèle chegou a Chevilly-Larue em 22 de maio de 1945, a guerra havia terminado havia apenas duas semanas. Ela foi enviada para a instituição a pedido de seus pais devido às suas fugas repetidas, principalmente para encontrar outros jovens da sua idade. O percurso dessa adolescente de 17 anos parece ser semelhante ao de muitas outras meninas que haviam passado por Chevilly. O relatório médico-psicológico da menor é assinado por Jacques Roubinovitch, um dos importantes neuropsiquiatras franceses especializados em estudos sobre a “infância anormal”. Um profissional que já estava acostumado havia vários anos com serviços de acolhimento e observação de menores encaminhados pelos tribunais, como o que funcionava em um anexo da prisão de Fresnes.

É bastante surpreendente notar que sua avaliação não mencionou a guerra em nenhum momento, dizendo apenas que “[...] dada sua condição de desequilíbrio mental, manifestada por crises de histeria ou excitação hipomaníaca, há necessidade de submetê-la a um tratamento para afecção mental”¹⁰. É somente na enquete social, produzida ao longo de sua estadia em Chevilly, que a guerra invadiu e preencheu as lacunas de seu dossiê. Na última página do documento, informações enviadas por escrito por sua mãe às assistentes sociais mostram uma longa cronologia de angústias psicológicas que começaram em 1940 e se que prolongaram até a Liberação do país, em 1944.

Segundo este documento, durante o êxodo de 1940¹¹, quando a adolescente tinha 12 anos, ela viveu seu “[...] primeiro choque nervoso – acreditou que seus pais haviam sido mortos na estrada – ela soluçava nervosamente – e, posteriormente, tornou-se um pouco neurastênica”¹². Uma vez de volta para casa com seus pais, na periferia de Paris, ela começou a apresentar “tiques no rosto, nas mãos e nos pés”. Em dezembro do mesmo ano, ela começou a ter suas primeiras “divagações” em uma capela. Em janeiro de 1941, teria tentado estrangular sua irmã mais velha, e “[...] para que ela a soltasse, sua mãe jogou um copo d'água em seu rosto, mas isso provocou a primeira crise, que foi seguida de

¹⁰ ANGÈLE. *Exame médico-psicológico realizado por Jacques Roubinovitch*, 27 jun. 1945 (4163W-82, Arquivos Departamentais do Val-de-Marne). Tradução nossa.

¹¹ O “êxodo” foi o episódio de fuga em massa em direção ao sul da França provocado pelos ataques aéreos decorrentes da invasão nazista da Holanda, Bélgica e França, entre maio e junho de 1940. Para saber mais, consultar: MIQUEL, P. *L'exode : 10 mai - 20 juin 1940*. Paris: Plon, 2003.

¹² ANGÈLE. *Enquete social*, 1945, p. 5 (4163W-82, AD Val-de-Marne). Tradução nossa.

crises muito mais intensas” nos dias seguintes¹³. Foi nesse momento que ela foi internada pela primeira vez em uma clínica. Em maio de 1942, apesar da recomendação do médico que a havia tratado, os pais da adolescente a retiraram da instituição. Em novembro do mesmo ano, ela fugiu do local pela primeira vez, algo que ela repetiria posteriormente¹⁴.

Entre junho e agosto de 1944, durante os combates pela Liberação do país, ela teria sofrido de uma “[...] fadiga nervosa causada pelos bombardeios quase todas as noites – uma bala atravessou o quarto ao lado dela e uma granada explodiu na escada do pavilhão”¹⁵. Em seguida, a chegada dos soldados americanos a deixou ainda mais nervosa, e a clínica precisou confiná-la em seu quarto. Apesar disso, Angèle estava determinada a encontrar os liberadores e conseguiu pular o muro da instituição no início de setembro de 1944, permanecendo três dias com as tropas¹⁶. Posteriormente, outras fugas ocorreram, assim como internações em outra clínica e em um hospital, e, finalmente, um acolhimento em uma instituição da congregação Bon Pasteur. Foi após uma de suas novas fugas, desta vez para encontrar outros adolescentes, que seus pais decidiram interná-la sob o artifício jurídico da “correção paterna”¹⁷ em Chevilly¹⁸.

Todo esse desvio nas últimas páginas da enquête social, que, através das palavras de sua mãe, colocou a guerra no cerne dos problemas da jovem Angèle, foi completamente ignorado no restante de seu dossiê. Apesar dessa cronologia que revela marcas psicológicas deixadas pelo conflito desde 1940, as próprias assistentes sociais acabaram emitindo a avaliação de que a adolescente “[...] causa uma impressão bastante singular. Ela parece estar revoltada contra o pai e não demonstra nenhum arrependimento por sua conduta. Certamente muito

¹³ *Ibid.*

¹⁴ No mês de setembro de 1943, ela fugiu novamente da clínica para avisar seus pais de que estava sendo submetida a eletrochoques, mas mesmo assim eles decidiram mantê-la internada (*Ibid.*).

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ Subentende-se no documento que ela poderia ter se prostituído durante esse período: “Essa vida de prazer ganhando dinheiro a fez perder todo o raciocínio” (*Ibid.*).

¹⁷ O dispositivo da “correção paterna”, uma herança do Código Civil de 1804 formalmente abolido em 1935, permitia que os pais levassem seus filhos à justiça por problemas comportamentais ainda durante os anos 1940-1950, o que ocorria particularmente com jovens do sexo feminino que tivessem comportamentos considerados “desviantes”, comumente relacionados à sexualidade.

¹⁸ ANGÈLE. *Enquête social*, 1945, p. 3 (4163W-82, AD Val-de-Marne).

mentirosa, essa garota é sem dúvida anormal”¹⁹, argumentando que sua internação era indispensável, confirmando o pedido dos pais. O exame médico-psicológico realizada por Roubinovitch, já citado anteriormente, retomou outros diagnósticos e a descreveu como desequilibrada e histérica²⁰, sem nunca mencionar ou explorar as possíveis causas de suas crises nervosas, sem apresentar qualquer indício de que isso possa estar relacionado à guerra. Diante de uma jovem que parecia profundamente afetada por angústias psicológicas ligadas aos eventos do conflito, que ficou internada durante vários anos e que, neste momento, parecia estar descobrindo sua vida sexual em meio às dificuldades da adolescência, um novo acolhimento foi considerado, seguindo o conselho de seus antigos médicos²¹.

De acordo com Anne Thomazeau, havia uma grande similaridade entre os centros de observação para meninas e para meninos, assegurada pela aplicação de diretrizes governamentais e pelos modelos comuns que os inspiraram, o que fazia com que, em relação aos processos e métodos de observação, existissem poucas diferenças fundamentais (Thomazeau, 2010, p. 298-299). No entanto, a historiadora observa que havia uma atenção particular para a questão de gênero nas instituições femininas. Nos relatórios sobre as meninas, havia avaliações regulares de seu comportamento sexual (Thomazeau, 2010, p. 303) quando, nos centros masculinos, a sexualidade era investigada apenas em casos de suspeita de “desvio” – isto é, em casos de envolvimento homossexual ou participação em estupros coletivos (Blanchard, 2010, p. 78).

Para as meninas, a questão da sexualidade tinha importância central, sendo inclusive o principal fator que levava à internação. Muitas dessas jovens eram encaminhadas ao sistema de justiça juvenil devido a relações sexuais, reais ou presumidas, fugas da casa dos pais, noites passadas fora de casa, ou por suspeita de envolvimento em prostituição (Blanchard; Revenin, 2011, p. 5). É possível verificar todos esses indícios no caso de Angèle, e o quanto eles contribuíram para inviabilizar seu sofrimento psíquico manifesto.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ E isso apesar do fato de que, segundo o mesmo médico, ela não teve “nenhuma crise notável” durante sua estadia em Chevilly (*Ibid.*).

²¹ Ela será entregue à Assistência Pública visando esse acolhimento (*Ibid.*).

Olivier tinha 6 anos em março de 1942, quando sua família sofreu com o grande bombardeio de Boulogne-Billancourt, na região de Paris, que custou a vida de sua irmã mais nova, de apenas 10 meses, além de sua moradia, que foi totalmente destruída. Algum tempo depois, seu pai, alcoólatra, abandonou a família e nunca mais deu notícias²². Em diversos documentos de seu dossiê de observação, encontram-se afirmações como esta, que indicam que o bombardeio o “[...] chocou profundamente e o deixou em uma espécie de ‘entorpecimento’”²³. Esse estado manifestou-se posteriormente em crises de enurese, às quais ele já havia sido acometido quando mais novo, mas que reapareceram após esses eventos e persistiram por vários anos. Além disso, foi registrado que “Do ponto de vista intelectual, [ele teve um] desenvolvimento normal até os 6 anos. Desde o bombardeio, seu desenvolvimento intelectual foi interrompido, e ele começou a manifestar a partir dessa data distúrbios de comportamento (acessos de violência, tendência à fabulação)”²⁴.

Ainda durante o conflito, entre 1942 e 1944, Olivier foi internado duas vezes em centros de reeducação na região parisiense, mas isso não teria levado a nenhuma melhoria²⁵. Entre 1944 e 1953, esse jovem “constantemente deslocado”, que nunca conseguiu frequentar a escola com regularidade²⁶, foi colocado aos cuidados de fazendeiros e, depois, em um preventório na Suíça, antes que a família se mudasse para a costa basca francesa. Lá, ele começou a fugir regularmente de casa e acabou sendo internado, a pedido da família, para correção disciplinar. Ele passou, então, vários anos no centro de acolhimento Lota, na cidade de Ustaritz. Nesse local, graças a sessões de psicodrama, suas crises de enurese melhoraram sensivelmente e acabaram desaparecendo com o tempo²⁷.

A síntese de observação produzida no centro de Ustaritz em 1949 afirmou repetidamente o papel dos bombardeios nas angústias psíquicas de Olivier, mas

²² OLIVIER. *Enquete social*. Bayonne, 22 out. 1948, p. 2 (1459W-446, AD Essonne).

²³ *Ibid.*

²⁴ OLIVIER. *Síntese de observação do centro Lota de Ustaritz*. 04 maio 1949, p. 1. Tradução nossa.

²⁵ OLIVIER. *Enquete social*. Bayonne, 22 out. 1948, p. 3.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ OLIVIER. *Síntese de observação do centro Lota de Ustaritz*. 04 maio 1949, p. 3. *Carta do centro Lota de Ustaritz ao centro de Savigny*, 17 set. 1952.

também destacou a influência de seu ambiente familiar sobre suas crises de raiva e agressividade, uma vez que elas se tornaram mais espaçadas durante sua internação. No entanto, afirmou que “[...] elas não podem ser explicadas unicamente pelas condições de seu contexto de vida”²⁸. Porém, o mesmo documento indicou que os distúrbios do menino não começaram em 1942 durante os ataques aéreos, nem com a morte de sua irmã mais nova, a destruição da moradia familiar ou o abandono do pai, mas bem antes de todos esses eventos. Ele seria um “*caractériel*”, teria um transtorno de caráter, cujos distúrbios seriam causados por uma hereditariedade alcoólica paterna, agravados: “1. Pelo bombardeio que o chocou; 2. pelas circunstâncias educativas do ambiente familiar [...]”²⁹. Tudo parece, finalmente, centrado nesse legado hereditário paterno, e as angústias provocadas pela guerra apenas teriam acentuado uma predisposição que já estava presente.

Contudo, em 1953, durante um complemento de enquete social realizado enquanto o menor estava no centro de Savigny, diante desse adolescente que vinha sendo considerado também como mitômano, até mesmo a veracidade da morte de sua irmã mais nova foi questionada: “Após verificações, muitos pontos sobre o menor se revelam absolutamente falsos; ele afirmou, entre outras coisas, que sua irmã mais nova foi morta pelo bombardeio de 1942”³⁰. No relatório de observação elaborado em Savigny no final de janeiro de 1954, após quase cinco meses de estadia no centro, a psicóloga e o neuropsiquiatra concordaram em vários pontos. A primeira, Rassa Apellaniz-Rikkers, afirmou que o garoto tinha um nível de inteligência baixo, mas não era exatamente débil e possuía discernimento suficiente. Ela também mencionou que a hereditariedade alcoólica da família paterna não era suficientemente conhecida e reconheceu a existência de distúrbios relacionados ao bombardeio de 1942, além de uma grave diminuição de sua acuidade visual³¹. Pierre Mâle, neuropsiquiatra, por sua vez, não mencionou

²⁸ OLIVIER. *Síntese de observação do centro Lota de Ustaritz*. 04 maio 1949, p. 2. Tradução nossa.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ OLIVIER. *Complemento de enquete social*. 19-20 out. 1953, p. 6. Tradução nossa.

³¹ Ele tinha uma acuidade binocular de 4/10, e de 7/10 com correção, e passou algum tempo em um asilo para cegos para aprender Braille. Cf. Olivier. *Relatório de observação do centro de Savigny*. 28 jan. 1954, p. 4-6.

nenhum desses fatores, concentrando-se apenas na evocação genérica de uma “infância caótica”³².

O diagnóstico dos dois profissionais centralizou-se principalmente na natureza impulsiva e violenta do garoto, bem como nos “[...] componentes neuropáticos com manifestações de ordem histérica e mitomania”, de caráter reacional, que estariam enraizados em uma ansiedade constante, “[...] vivida sob a forma de um forte sentimento de insegurança, cuja principal origem é o abandono afetivo pela mãe”, segundo o psicólogo³³. O neuropsiquiatra também descreveu que o jovem apresentava “[...] distúrbios nervosos significativos, onde predominam a impulsividade associada a elementos neuropáticos”³⁴. Ele identificou várias fontes dessa violência e mencionou, além da sua “infância caótica”, as sucessivas internações institucionais, os conflitos com a mãe, que era tuberculosa e vivia com outra mulher³⁵, a ausência de uma figura paterna e uma miopia muito grave³⁶. A guerra não apareceu mais diretamente como um fator.

Diante do delito de Olivier (uma tentativa de roubo com violência, durante a qual ele agrediu uma prostituta), a conclusão para o seu caso foi bastante pessimista: “Portanto, o prognóstico geral é grave, com o risco de o garoto ser socialmente perigoso”³⁷. A psicóloga antecipou que, em caso de reincidência, era provável que ele cometesse “[...] um delito da mesma natureza, envolvendo fatores sexuais e de violência”³⁸. Os dois profissionais concordaram em propor uma psicoterapia em um centro para pessoas com deficiência visual parcial, bem como uma reaproximação com seu avô materno, a única figura masculina da família do adolescente. Em abril de 1954, após 7 meses de estadia em Savigny, ele foi entregue à Assistência Pública para tratamento e acolhimento³⁹.

É importante pontuar que Pierre Mâle, o neuropsiquiatra que atendeu Olivier, foi uma figura central na reformulação da psiquiatria infantil francesa, e é considerado um pioneiro da psicanálise de adolescentes na França, valorizando o

³² *Ibid.*, p. 8.

³³ OLIVIER. *Relatório de observação do centro de Savigny*. 28 jan. 1954, p. 7. Tradução nossa.

³⁴ OLIVIER. *Enquete social realizada em Bayonne*. 22 out. 1948, p. 2-3. Tradução nossa.

³⁵ Os documentos mencionam que a mãe vivia com uma “irmã de leite” já havia vários anos (*Ibid.*).

³⁶ OLIVIER. *Relatório de observação do centro de Savigny*. 28 jan. 1954, p. 8.

³⁷ *Ibid.*, p. 9.

³⁸ *Ibid.*, p. 7.

³⁹ Segundo as informações que constam na capa de seu dossiê (*Ibid.*).

vínculo terapêutico positivo, que procurava evitar interpretações prematuras que pudessem reforçar angústias ou rupturas. Em outras palavras, Mâle criticava os diagnósticos reducionistas (como os que rotulavam as crianças como “perversas”), e enfatizava a importância do contexto familiar e da escuta clínica (Coffin, 2010, p. 66-68). Ainda que, nesse caso, o especialista apresente elementos que não atribuam a condição de Olivier a distúrbios hereditários, nem o classifique como irrecuperável (mesmo que o considere “socialmente perigoso”), a dimensão da guerra não pareceu ter recebido a escuta ou a ressonância necessária. No máximo, ela foi tratada no mesmo nível que outras experiências vividas pelo adolescente, sem um reconhecimento de sua especificidade, enquanto uma tragédia individual e coletiva.

Rassa Apellaniz-Rikkers foi a primeira psicóloga a atuar junto à Justiça de Menores, tendo sido contratada ainda em 1943. Em Savigny-sur-Orge, ela ocupou o cargo de chefe do serviço de psicologia, algo inovador na época, e foi a responsável por trazer o famoso Pierre Mâle para a instituição a partir de 1948, como uma alternativa aos métodos tradicionais de Marguerite Badonnel, de quem ainda falaremos neste artigo. Porém, as conclusões de Apellaniz-Rikkers, ainda que reconheçam em parte os distúrbios causados pelos bombardeios na trajetória de Olivier, apontam ainda um certo apego às teorias que ligavam as causas da delinquência à hereditariedade. O que demonstra algo que Toscani-Merle já comentava em 1990: a coexistência de diversas categorias no tratamento dos jovens delinquentes era algo que não parecia incomodar os especialistas da época (Toscani-Merle, 1990, p. 148).

A partir das duas trajetórias apresentadas, é possível verificar que em 1945, no caso de Angèle, os efeitos da guerra e dos bombardeios foram amplamente negligenciados, e ela foi vista como uma jovem desequilibrada e histérica, sem que as causas de suas crises nervosas fossem sequer realmente levadas em consideração. Por outro lado, no que diz respeito a Olivier, já no início dos anos 1950, observou-se uma constante oscilação diagnóstica, em que os especialistas, embora reconhecessem ocasionalmente o papel das angústias causadas pelos ataques aéreos em seu estado psíquico, insistiam alternadamente em sua hereditariedade, na culpa de sua mãe, ou na ausência de figura paterna,

confirmando hipóteses e presunções bastante comuns no que se refere às causas da delinquência juvenil, acabando por tornar pouco visíveis os efeitos do conflito.

Se os especialistas deram respostas contraditórias nos casos em que os efeitos dos “choques nervosos” causados pelos bombardeios eram bastante evidentes, o mesmo pode ser verificado em relação às jovens vítimas da Shoah, que também chegaram aos centros de observação nos anos que se sucederam ao fim do conflito.

3. Diante do genocídio, uma oscilação entre julgamento moral e impotência: os casos de Manès e Yann

A experiências decorrentes da repressão racial da Shoah deixaram marcas tangíveis nas trajetórias dos adolescentes judeus, que vão para além de seus dossiês. Aqueles que viveram a guerra como adolescentes se viram divididos entre a necessidade de se esconder para sobreviver e o dever de sustentar financeiramente suas famílias. Aqueles que viveram a guerra como crianças foram frequentemente deslocados entre diferentes esconderijos e locais de acolhimento. Um verdadeiro “dispositivo de sobrevivência”⁴⁰ teve que ser implementado por esses menores diante das ameaças e violências que os cercavam durante o genocídio. Um elo comum entre eles foi a ruptura causada pela prisão e deportação de seus pais, irmãos e irmãs, bem como de outros membros de suas famílias e comunidades, cujo desaparecimento, em muitos casos, só se tornou uma certeza ao final do conflito, e cujo luto foi muitas vezes difícil de assimilar devido à ausência de sepultura (Feldman, 2009, p. 26). À desintegração da célula familiar somaram-se uma série de dificuldades ao final do conflito, como as moradias destruídas, pilhadas ou ocupadas por outras famílias, e uma situação de extrema vulnerabilidade social. Para as crianças e adolescentes judeus sobreviventes às vezes a “verdadeira guerra” começou apenas ao fim do conflito (Hazan, 2000, p. 391). Para alguns deles, “[...] a Liberação não é uma liberação” (Jablonka, 2014, p. 12, tradução nossa).

⁴⁰ Segundo a psicóloga Marion Feldman, o dispositivo de sobrevivência “(...) designa um sistema implementado por cada uma dessas crianças, sob a impulsão da necessidade vital de se metamorfosear para escapar das prisões e, portanto, da morte” (Feldman, 2006, p. 71, tradução nossa).

Através dos casos de Manès e Yann, dois meninos judeus enviados para os centros de Charenton e Savigny-sur-Orge em 1947 e 1952, que apresentavam sinais claros de sofrimento psíquico devido aos eventos vivenciados durante a guerra, busca-se examinar de que maneira as avaliações envolvidas em seu atendimento atuaram e compreenderam esses distúrbios. Nota-se que, nos centros de observação, diante de adolescentes judeus profundamente afetados pelo conflito, assim como nos casos dos jovens afetados pelas bombas, o que se tornou mais recorrente foi a constatação de que psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais tendiam a codificar os comportamentos desses indivíduos para que eles se encaixassem nas categorias fixas da delinquência juvenil. Às vezes, sintomas evidentes de angústia psicológica eram considerados como manifestações não relacionadas às suas vivências particulares do genocídio durante a guerra, mas sim como consequências das desintegrações familiares ou de uma crise juvenil mal gerenciada. Torna-se evidente, mais uma vez, que, no final, muitas vezes existiu uma “[...] completa impermeabilidade entre o diagnóstico do desvio e o reconhecimento dos sofrimentos” (Becher, 2023, p. 318, tradução nossa).

Manès, 16 anos, é oriundo de uma família judia de origem romena, perseguida durante toda a Ocupação, cujos pais “[...] foram frequentemente incomodados devido à sua nacionalidade e origem israelita”⁴¹, e cuja mãe foi deportada em 1942⁴². O garoto passou todo o período do conflito em diversas pensões. Enviado para Savigny por seu pai em 1947, após um pedido de correção paterna (ele não suportava a severidade de seu pai e rejeitava sua madrasta), assim como por vadiagem⁴³, várias pessoas de seu entorno testemunharam sobre

⁴¹ MANÈS. *Enquete social*. fev. 1948, p. 2 (1459W-63, AD Essonne). Tradução nossa.

⁴² Sua mãe foi deportada pelo trem n. 37, que partiu de Drancy com destino a Auschwitz em 25/09/1942. Cf. *Lista original do comboio de deportação* (Centro de Documentação do Memorial da Shoah de Paris).

⁴³ Ele passou por duas estadias em centros de observação: a primeira, em 1947, em Savigny, resultou dos desentendimentos com seu pai, que havia se casado novamente com uma mulher francesa, viúva de um judeu assassinado na Shoah, e que o garoto não aceitava. Ele fugiu do centro menos de um mês depois, foi reintegrado e, posteriormente, transferido para o centro de Fresnes, que ficava no anexo de uma prisão. A segunda estadia, em 1948, ocorreu no centro do forte de Charenton, dessa vez por agressão contra seu pai, bem como por ter sido pego sem bilhete de trem durante o retorno de uma fuga ao sul do país. Um roubo cometido durante sua fuga de Savigny também lhe foi atribuído durante esse segundo internamento. (MANÈS. *Enquete social*. fev. 1948, p. 1 (1459W-63, AD Essonne).

o impacto causado pela deportação de sua mãe. Duas de suas tias paternas destacaram “[...] o grande apego que ele tinha por sua mãe e a tristeza sentida pelo jovem quando soube de sua deportação”⁴⁴. Segundo o diretor de um colégio em Blois, onde Manès ficou entre outubro de 1945 e janeiro de 1947, ele tinha um caráter difícil e reservado: “Acredito que isso decorra em grande parte de sua situação familiar, que vocês certamente conhecem tão bem quanto eu”. Ele continuou dizendo que “Acredito que este garoto, cuja vida foi agitada devido à guerra e cujo caráter era um pouco arredio, precisaria de uma orientação ao mesmo tempo firme e cheia de tato e delicadeza, se quisermos evitar que ele faça besteiras”⁴⁵.

De acordo com o diretor de um outro colégio em Étampes, onde o adolescente permaneceu como interno entre fevereiro e julho de 1947, também entrevistado durante a enquête social do centro de observação, e que parecia menos informado sobre a situação de Manès durante a guerra, o jovem

Demonstrava correção, amabilidade até, e também franqueza, mas às vezes apresentava momentos de retraimento. Frequentemente sonhava com outra coisa ao invés de acompanhar a aula. No internato, esse aluno era bastante taciturno, isolado, adaptando-se com certa dificuldade à vida de pensionista. Não tínhamos conhecimento das dificuldades familiares desse jovem, mas alguns indícios, em particular sua busca pela solidão, sugerem que isso devia ser uma preocupação importante para ele, com uma influência perceptível em seu comportamento⁴⁶.

Embora os sinais de angústia psicológica tenham sido mencionados repetidamente nos documentos (a conclusão da enquête social chega a afirmar que “As dificuldades que ele apresenta parecem ser, em parte, devidas a conflitos psicológicos: a deportação de sua mãe provocou em [Manès] um choque considerável⁴⁷”), essa não foi a única perspectiva adotada pelos especialistas que se envolveram em seu período de observação. A médica psiquiatra Lucie Bonnis, que o encontrou durante uma consulta médico-psicológica realizada em junho de 1948, foi muito menos indulgente, descrevendo Manès como alguém que possuía

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 7.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 8.

um “Caráter inflexível, impaciente, irritável e colérico. Orgulho e presunção, com talvez certa covardia – discutidor e mesquinho”⁴⁸.

A avaliação caracterológica redigida já no centro de Charenton, em agosto de 1948, seguiu a mesma linha. O adolescente, profundamente marcado pela Shoah, que foi enviado para diversas instituições durante todo o conflito, que às vezes buscava a solidão e se fechava em si mesmo, e que entrou no circuito judicial devido a desacordos familiares, revelando que seus problemas com a madrasta tinham raízes mais profundas, foi descrito como alguém “[...] dotado de qualidades bastante comuns; exagera seu valor intelectual; seu senso de esforço é medíocre. No fundo, é um hedonista, que não soube levar seus estudos a cabo e que é orgulhoso demais para suportar qualquer tipo de tutela”⁴⁹. A possibilidade de seu engajamento na Haganah, a organização paramilitar da Palestina mandatária que se tornou o núcleo das forças de defesa do recém criado Estado de Israel, foi descartada uma vez que a família retomou o interesse pelo rapaz, e um retorno ao lar passou a ser considerado em dezembro de 1948⁵⁰.

Lucie Bonnis, que havia trabalhado com Georges Heuyer e Jacques Roubinovitch no serviço pioneiro que ambos dirigiram na prisão da Petite Roquette no final dos anos 1930, e que fundou o primeiro serviço de consulta médico-psicológica vinculado a um tribunal na França (no caso, o Tribunal para Crianças e Adolescentes que funcionava no Palácio da Justiça de Paris), acumulou em suas conclusões diversos adjetivos pejorativos ao se referir a Manès, parecendo menosprezar, ou ao menos ignorar o conflito que havia terminado apenas dois anos antes, cujas marcas foram ressaltadas no dossiê do adolescente por membros de sua família e por profissionais da educação.

De moral falha, incapazes de se guiar sozinhos, hedonistas, orgulhosos, egocêntricos, indisciplinados ou refratários a qualquer tutela. Se os julgamentos morais estavam tão presentes, e até impressionam pela sua severidade em alguns

⁴⁸ MANÈS, *ibidem*, p. 11. Tradução nossa.

⁴⁹ MANÈS. *Nota caracterológica do centro de Charenton*. 30 ago. 1948. Tradução nossa.

⁵⁰ As informações mantidas em seu dossiê, no entanto, não confirmam essa possível reintegração à família. (MANÈS. *Complemento de um relatório sobre o jovem feito no centro de Charenton*. 27 dez. 1948.

casos, os especialistas acabaram também por demonstrar uma certa impotência diante de adolescentes cujas trajetórias de vida sofreram vários abalos sucessivos. Esse foi o caso em relação ao jovem Yann.

Sem domicílio fixo, sem dinheiro e sem trabalho, Yann, de 17 anos, apresentou-se voluntariamente como um “apátrida de origem polonesa”⁵¹ ao Comissariado de Polícia e ao Escritório dos Antigos Combatentes, em Paris, em outubro de 1952. Ele foi então enviado para o centro de Savigny-sur-Orge, onde permaneceu, apesar de uma fuga e uma reintegração, até fevereiro de 1953. Reconhecido como Pupilo da Nação por ser órfão de pai e mãe em decorrência do conflito⁵², o adolescente era proveniente de uma família de oito filhos, de origem judaica e polonesa, cuja vida material sempre foi bastante precária. Ele havia perdido a mãe em 1941, após uma longa doença; seu pai, preso por falsificação de cartões de racionamento, foi entregue pela polícia francesa aos alemães e deportado em 1942. Dois de seus irmãos também foram deportados, e apenas um deles sobreviveu ao campo de extermínio. Uma tia sofreu o mesmo destino e foi assassinada. Até mesmo um casal de vizinhos que ajudou a esconder parte da família durante alguns meses foi denunciado aos nazistas. O vizinho acabou sendo deportado (mas retornou após seis meses, em um trem sanitário)⁵³; já a vizinha, sozinha, sob a ameaça de ser visitada pela Gestapo, entregou os três irmãos mais novos, incluindo Yann, à Assistência Pública francesa⁵⁴.

A guerra provocou, assim, através de lutos e violências sucessivas, a ruptura total do tecido familiar, e foi nesse momento que se iniciou uma longa lista de internações para o pequeno Yann, que na época tinha apenas 7 anos. Durante 10 anos, entre 1942 e 1952, ele conheceu quase uma dezena de diferentes lares,

⁵¹ YANN. *Sub-dossiê judiciário*. 08 dez. 1952 (1459W-361, AD Essonne).

⁵² Na França, o estatuto de “*Pupille de la Nation*”, criado no pós-Primeira Guerra Mundial, era concedido pelo Estado a menores de 21 anos cujo pai, mãe ou responsável tenha sido vítima de guerra, de atentado terrorista ou de acidente em serviço público. Esses pupilos recebiam diversas subvenções e auxílios estatais, especialmente em áreas como moradia, educação e formação profissional (Hazan, 2000, p. 72).

⁵³ Conseguimos encontrar informações sobre a deportação de seu pai e de um de seus irmãos. Seu pai foi deportado pelo trem de n.º 11, que saiu de Drancy em 27/07/1942; seu irmão, então com 15 anos, foi deportado pelo trem n.º 73, que saiu de Drancy em 15/05/1944. Ambos foram assassinados em Auschwitz. Cf. *Listas originais dos comboios de deportação* (Centro de Documentação do Memorial da Shoah de Paris).

⁵⁴ YANN. *Enquete social*. dez.1952, p. 2-7 (1459W-361, AD Essonne).

incluindo uma família de acolhimento durante o conflito, além de diversos centros de aprendizagem, tanto de confissão judaica quanto laica. Todas essas tentativas acabaram falhando após certo tempo, uma após a outra. A partir do início da década de 1950, já como um adolescente de 15 anos, Yann parecia querer construir uma vida mais autônoma e começou a trabalhar e a viver sozinho em pensões, cujos custos eram cobertos pelas associações que o apoiam⁵⁵.

Por fim, o adolescente conseguiu partir para Israel em março de 1952, por meio de um movimento sionista. Uma emigração que, segundo as palavras de Marion Feldman, “[...] pode ser caracterizada como uma tentativa de refiliação”, mas que muitas vezes resultou em fracasso devido ao descompasso entre a ideologia sionista, que visava construir uma nova identidade positiva para os judeus recém-chegados, e as expectativas dos sobreviventes da Shoah (Feldman, 2009, p. 274 tradução nossa). De fato, para Yann, a experiência não teve sucesso. Ele não deu notícias sobre sua estadia até seu retorno, em setembro de 1952, quando buscou novamente o centro de acolhimento judeu da Rua Amelot, em Paris, dizendo que não havia se habituado ao novo país⁵⁶. A partir do relato sobre essa experiência no estrangeiro e seu retorno à França, podemos constatar, mais do que a mobilidade desses jovens marcados pela guerra (ou pelas migrações), as estratégias que eles precisaram empregar para tentar encontrar um novo lugar para si mesmos:

Chegado em 18 de abril em Haifa, [Yann] teria (segundo suas próprias palavras) trabalhado em um kibutz, mas a dureza do clima, a austeridade do trabalho, a ausência de ganhos e as restrições alimentares pesaram sobre ele, levando-o a deixar o grupo sionista, decidido a retornar o mais rápido possível à França. [...] quanto às condições de seu retorno, ele deu versões diferentes para as diversas pessoas que o questionaram a respeito. Os escritórios especializados na partida de jovens para Israel e os diretores de estágios de formação geralmente ignoram o que acontece com cada indivíduo quando está em Israel, a menos que se trate de casos particulares. Normalmente, é impossível retornar de Israel por meios próprios, mas muitos jovens mal adaptados, como [Yann], conseguem fazê-lo, embora não se saiba como. (O mesmo problema ocorre com os pequenos argelinos)⁵⁷.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 11.

⁵⁶ YANN, *ibidem*, p. 15.

⁵⁷ *Ibid.* p. 15-16. A menção aos “pequenos argelinos” se refere aos jovens que emigravam do país magrebino, que nos anos seguintes passaria por uma violenta guerra de independência. Para saber mais sobre esses adolescentes migrantes que passaram pelos centros de observação, consultar as publicações de Mathias Gardet e Mokrane Sifi (Gardet, 2024; Gardet; Sifi, 2010; Sifi, 2009).

Em seguida, Yann foi enviado provisoriamente para o Lar dos Pupilos de Boulogne-Billancourt, de onde foi expulso por mau comportamento. Finalmente, após alguns dias em um hotel, pago pelo escritório dos Pupilos da Nação, desempregado, o adolescente se dirigiu ao comissariado de polícia e é enviado para Savigny⁵⁸. Seu percurso tumultuado reflete os impactos profundos deixados pela guerra e as dificuldades que esses jovens enfrentaram para construir um futuro estável nos anos 1950.

Todo esse repertório de instituições de acolhimento apareceu também em um dos testes projetivos de desenho realizados pelo adolescente durante sua estadia no centro. Convidado a desenhar em seis quadros “os principais eventos da sua jovem vida”, ele criou uma colagem dos lugares por onde passou: um orfanato, a Assistência Pública, uma instituição para crianças deportadas, duas pensões e, finalmente, o centro de Savigny-sur-Orge. Assim, é a sua vida fragmentada pela guerra, pelo luto e pela separação que esse adolescente judeu revelou neste desenho, que retratou seu desamparo, vivenciado entre as paredes de várias instituições, das quais ele não sabia mais como escapar.

Desenho 1: Yann desenha as instituições onde foi acolhido para evocar os principais eventos de sua vida⁵⁹.



Fonte: 1459W-361, AD Essonne, 1952.

⁵⁸ *Ibid.* p. 1 (1459W-361, AD Essonne).

⁵⁹ YANN. *Desenho*, 1952 (1459W-361, AD Essonne).

A história dramática de sua família durante a guerra e a progressiva destruição dos laços com os que sobreviveram nos anos que se seguiram⁶⁰, não foram totalmente negligenciadas e encontraram eco em seu dossiê em várias ocasiões. Por exemplo, quando ele começou a estudar em uma escola pública entre 1945 e 1946, após seu retornar da casa da família que o acolhia na época, foi mencionado que “[...] ele parecia, como seus irmãos, muito marcado por uma infância agitada (órfão, israelita, sem um verdadeiro laço familiar)”⁶¹. Uma avaliação da assistente social também ressaltou as provações que ele enfrentou:

A morte prematura da mãe, a deportação do pai e de dois irmãos mais velhos tiveram profundas repercussões sobre os seis filhos (mau comportamento – desequilíbrio – instabilidade – desonestidade). A guerra e as perseguições alemãs desmantelaram gravemente essa família israelita polonesa. Eles são todos considerados “desclassificados” hoje⁶².

Diante desse jovem institucionalizado há quase dez anos, que foi enviado para uma multitude de instituições, mais ou menos fechadas, públicas, privadas, laicas, religiosas, que até tentou viver sozinho na França e em Israel, cujas diversas tentativas de acolhimento acabaram falhando, os especialistas pareciam exaustos. O escritório dos Pupilos da Nação criticou o adolescente nestes termos: “[Yann] exauriu a paciência de todas as assistentes que cuidaram dele e que confiaram nele, uma após a outra. O escritório realmente fez muitos gastos por causa dele, lares, hotéis, roupas, sem que [Yann] jamais fizesse qualquer esforço de sua parte para justificar suas despesas”. Eles consideraram que “[...] os problemas de desajuste e instabilidade” apresentados pelo menor não eram mais de sua alçada⁶³.

Durante uma entrevista com a assistente social em Savigny, Yann foi descrito como um jovem constantemente na defensiva, difícil de conquistar a confiança, que se opunha àqueles que o acompanharam, especialmente às

⁶⁰ As suas duas irmãs mais velhas viviam da prostituição na França e na Bélgica (uma criança filha de uma dessas irmãs estava em um lar de acolhimento para judeus); um irmão mais velho estava prestando serviço militar naquela época e outro se preparava para se engajar na guerra de independência da Indochina; os dois irmãos mais novos estavam sob a tutela de instituições para Pupilos da Nação. (Yann. *Enquete social*. dez. 1952, p. 2-6, 1459W-361, AD Essonne).

⁶¹ YANN, *ibidem*, p. 12. Tradução nossa.

⁶² *Ibid.* p. 8.

⁶³ *Ibid.*, p. 18.

mulheres: ele qualificou os funcionários do escritório dos Pupilos como “protegidos”, as assistentes e diretoras de lares como “incapazes”, e afirmou que “[...] não confio em ninguém, e odeio mulheres, especialmente aquelas que são assistentes e que dirigem os lares”⁶⁴. O adolescente foi descrito como insensível, sem nenhum apego a ninguém, que “[...] não sente mais afinidade por seus irmãos e irmãs do que por um transeunte que encontra na rua”, ávido por dinheiro, que queria ganhar “em quantidade” para poder viver de sua paixão, a música, a única coisa que admitia amar. Por fim, um adolescente que “[...] odeia a piedade, não tem vontade de que nos ocupemos dele”⁶⁵.

Os profissionais que acolheram as crianças e adolescentes sobreviventes da Shoah em instituições criadas no pós-guerra, e geridas em grande parte por iniciativas judaicas, perceberam esse tipo de conduta: “Daí resulta uma série de comportamentos complexos e contraditórios: os educadores notam uma falta de iniciativa, de vontade, um medo de esforços prolongados, muitas vezes acompanhados de insolência, instabilidade ou improvisação imediata” (Hazan, 2000, p. 230, tradução nossa). No que diz respeito especificamente aos adolescentes, eles rapidamente se viram “[...] entre desejos contraditórios: continuar os estudos vivendo modestamente, na segurança dos lares, ou tornar-se rapidamente autônomos, ou seja, trabalhar” para ganhar a própria vida e viver “como os outros” (Bauman, 1988, p. 168, tradução nossa).

A impotência das diversas autoridades que cruzaram o caminho de Yann é igualmente palpável no campo da psiquiatria. Marguerite Badonnel, que o examinou em Savigny, afirmou que o adolescente apresentava um “Estado quase neurótico. Atitude de oposição e recusa constante. Teimoso. Recluso. Respostas intencionalmente vagas ou mesmo cinicamente falsas [...]. Agressividade contida, mas certamente muito intensa”⁶⁶. Ela avançou algumas hipóteses para explicar esse comportamento, que foram desde a desorganização familiar causada pela guerra até as sucessivas tutelas, passando pelo lugar-comum da crise juvenil. No entanto, isso parece ser uma espécie de confissão de impotência diante de um “caso muito mais complicado”:

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ YANN. *Nota de comportamento feita no centro de Savigny*. 11 dez. 1952, p. 4. Tradução nossa.

Atitude que pode derivar de sua longa permanência em orfanatos aos quais foi confiado após a morte de seus pais (1941-1942); persistência de uma tutela (seja por parte dos Pupilos da Nação, seja por parte de instituições israelitas) que o irrita. Não consegue mais suportar que cuidem dele. Complexo racial também. Traços de caráter paranoico; orgulhoso, revoltado; no entanto, não é um simples paranoico. Caso muito mais complicado. Prognóstico preocupante, mesmo que haja um fator de crise de independência juvenil. Raízes mais profundas. Medidas a serem tomadas extremamente difíceis⁶⁷.

A psiquiatra não falou especificamente sobre as “raízes mais profundas” do sofrimento de Yann, se via nelas uma especificidade ligada ao conflito ou se considerava que poderia ser algo inato ou derivado de outras questões. No entanto, ela mencionou a possibilidade de oferecer-lhe psicoterapia, algo ainda bastante incipiente na época⁶⁸.

Marguerite Badonnel foi outra das pioneiras das ciências do psíquico no âmbito da Justiça de Menores na França. A partir dos anos 1930, atuou na Casa de Educação Viglada instalada na prisão de Fresnes, onde introduziu exames médico-psicológicos aplicados a jovens detidos. Em 1936, passou a dirigir um anexo médico-psiquiátrico na mesma instituição, tornando-se uma das primeiras profissionais a implementar métodos de avaliação psicológica no sistema judiciário francês. Embora fosse identificada como uma figura “clássica”, adepta de uma postura mais tradicional, centrada em diagnósticos e classificações, ela desempenhou um papel essencial na institucionalização da psicologia e da psicanálise, especialmente no contexto dos centros de observação (Toscani-Merle, 2004).

Por outro lado, a conclusão da avaliação de Savigny não apresenta muitas inovações ao classificar Yann entre os “inadaptados” da delinquência juvenil. Eles declararam que “Todo o passado do garoto é uma série de desajustes sucessivos em diversos ambientes e até mesmo em seu ambiente étnico. A atitude no centro é sem dúvida, em grande medida, episódica, ditada pelas circunstâncias”, admitindo que uma solução prática para o seu caso era “muito difícil de encontrar”, especialmente porque o adolescente já estava prestes a atingir a maioridade em alguns meses⁶⁹.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ YANN. *Nota de comportamento feita no centro de Savigny*. 11 dez. 1952, p. 4. Tradução nossa.

O centro de observação propôs duas medidas sucessivas a serem tentadas: primeiro, um acolhimento em um centro como o Hameau-école de Longue-Anneuil, um “vilarejo de crianças” e, em caso de fracasso, considerar colocá-lo em liberdade vigiada em um abrigo ou pensão, com acompanhamento psicoterapêutico no Instituto Claparède⁷⁰. No entanto, nenhuma das propostas foi aceita pelo Juiz da Infância, que em fevereiro de 1953 decidiu enviá-lo para o Lar Élie Robin, vinculado ao patronato Matter, destinado a abrigar jovens aprendizes e trabalhadores, mesmo maiores de idade⁷¹.

Como foi possível verificar, não foi difícil encontrar nos dossiês de observação sinais bastante significativos de sofrimento psicológico que afetavam os adolescentes judeus. No entanto, esses sinais eram frequentemente ignorados ou ocultados pelos especialistas, que comumente os atribuíam a outras explicações, como o caráter desses jovens ou a desorganização familiar. Essas explicações continuaram a ser apontadas pelos especialistas e, às vezes, acabaram por reforçar apenas uma perspectiva sobre a delinquência juvenil que carecia de inovação à época, para dizer o mínimo.

Por trás da série de fracassos nas tentativas de acolhimento vividas por esses adolescentes judeus, visíveis nos documentos poucos anos após a guerra, e por trás dos julgamentos morais severos emitidos pelos especialistas, marcantes por suas descrições duras desses jovens, retratados como imorais, egocêntricos, indisciplinados ou resistentes à autoridade, esconde-se a história de uma juventude ávida por independência e em busca perpétua de autonomia, diante da qual os especialistas se declararam, muitas vezes, completamente impotentes.

Considerações finais

Através do estudo de casos apresentado, é possível concluir que os centros de observação não se prepararam de forma específica para receber menores delinquentes que também eram vítimas da guerra. Uma espécie de incompreensão e ambivalência se estabeleceu desde 1945, o que confirma o que

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ De acordo com as anotações que constam na capa de seu dossiê de observação (Yann, 1952).

os historiadores Samuel Boussion e Mathias Gardet já haviam afirmado sobre a assistência a essas crianças e adolescentes logo após o fim do conflito: “Todo um trabalho de elaboração estava sendo realizado, apoiado em conhecimentos então muito incertos diante de um evento edificante e tão inédito que os próprios especialistas parecem frágeis” (Boussion; Gardet, 2021, p. 29, tradução nossa). Como foi possível verificar, esta conclusão também se manteve para a primeira metade dos anos 1950, passados quase dez anos do final do conflito.

Nos casos que analisamos, mesmo quando esses adolescentes traumatizados foram vistos com certa benevolência, ou quando a guerra foi de fato reconhecida como um fator de instabilidade, o peso real do conflito em suas trajetórias não foi levado em consideração em sua devida medida, como se “[...] a guerra, em vez de renovar as nosografias psiquiátricas, apenas revelasse a caracterologia já vigente desde o entreguerras” (Becher; Gardet, 2022, p. 159, tradução nossa), que se concentrou na culpabilização das famílias, ou dos menores, de forma individual, ignorando fatores ligados ao contexto desses adolescentes, fossem eles de ordem social, econômica ou histórica.

Mesmo a “elite” de especialistas citados neste artigo, que estavam envolvidos tanto teórica quanto clinicamente no estudo das causas da delinquência juvenil na França, e que foram atores centrais nas inovações trazidas pelas ciências do psíquico à Justiça de Menores desde os anos 1920, pareceu ter sido esmagada pelo peso do segundo conflito mundial e suas consequências. Ao mesmo tempo, esses especialistas permaneceram presos a lugares-comuns e a diversos preconceitos, desconsiderando também o impacto desestabilizador da guerra sobre os lares em dimensões que foram além do sofrimento psíquico. Eles continuaram recorrendo a clichês que já vinham sendo contestados por setores mais progressistas do seu campo científico.

É possível encontrar essas contradições também em debates teóricos. Jean-Christophe Coffin demonstrou, através de uma análise dos artigos de um número especial da revista *Rééducation* de 1950, que reuniu opiniões de diversos especialistas (psiquiatras, educadores, magistrados) sobre crianças e adolescentes considerados “perversos”, o quanto essa categoria ainda era usada de forma ampla e imprecisa, misturando problemas de comportamento, delinquência e desvios

sexuais. Muitos profissionais expressavam frustração com o termo, pois ele simplificava realidades complexas e estigmatizava jovens, muitas vezes sem considerar suas histórias de vida ou contextos sociais. Apesar disso, o debate revelou uma tentativa de entender esses casos além de rótulos morais, buscando outras causas e, ainda que não mencione diretamente a questão da guerra, o texto chamou atenção para a dificuldade de ouvir os próprios jovens (Coffin, 2009)⁷².

Se nos dias de hoje a noção de trauma se impôs como um lugar-comum, como uma “verdade compartilhada”, que invadiu mesmo o espaço moral das sociedades contemporâneas, se inscrevendo em uma antropologia das sensibilidades e dos valores (Fassin; Rechtman, 2011), a leitura dos dossiês de observação do imediato pós-guerra é desconcertante. Desconcertante por nos fazer constatar a aparente insensibilidade dos especialistas da Justiça de Menores diante dos sofrimentos e dos distúrbios comportamentais apresentados por esses adolescentes vítimas do conflito. As ciências do psíquico, de uma forma geral, negligenciaram por muito tempo a existência de uma psicopatologia específica para esse contexto⁷³, preferindo se apoiar em classificações preexistentes, que tendiam a reduzir os comportamentos dos adolescentes a estereótipos relacionados à sua origem étnica ou ao seu gênero, ou a clichês sobre a delinquência juvenil, justificando assim que “[...] a guerra apenas teria agravado casos já anormais” (Boussion, 2022, p. 52, tradução nossa).

Como foi possível observar, nos centros de observação, o peso normativo e moral associado ao rótulo de delinquente juvenil, juntamente com os estereótipos de desvio e periculosidade, levou à invisibilização dos sofrimentos psíquicos de adolescentes vítimas da guerra. Essa marginalização não apenas ignorou suas experiências traumáticas, mas também perpetuou a exclusão social desses indivíduos, dificultando sua reintegração e o reconhecimento de suas necessidades emocionais e psicológicas.

⁷² Diante dessa dificuldade que especialistas tinham em ouvir o que diziam os adolescentes da Justiça de Menores, os historiadores Véronique Blanchard e Mathias Gardet publicaram uma obra que busca suprir essa lacuna, dando voz às trajetórias de jovens nos centros de observação nos anos 1950-1960 (Blanchard; Gardet, 2020).

⁷³ Por exemplo, o reconhecimento do trauma específico que acometeu as “crianças escondidas” (*enfants cachés*) da Shoah só passou a ser discutido nos anos 1990. Ver, entre outros: ZADJE, N. La thérapie des enfants cachés : entre psychologie et histoire. In: JABLONKA, I. (ed.). *L'enfant-Shoah*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. p. 131-144.

Referências

- BANTIGNY, L. Sciences du psychisme et centres d'observation en France dans les années cinquante. **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »**: le Temps de L'Histoire, Vaucresson, n. 6, p. 93-119, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/765>. Acesso em: 26 maio 2025.
- BAUMAN, D. **Le mémoire des oubliés** : grandir après Auschwitz. Paris: Éditions Albin Michel, 1988.
- BECHER, F. Portraits en mouvement. Trajectoires de jeunes dans la France d'après-guerre. In: HOBSON FAURE, L.; PIGNOT, M.; RIVIÈRE, A. (eds.). **Enfants en guerre « sans famille » dans les conflits du XXe siècle**. Paris: CNRS Éditions, 2023. p. 301-320.
- BECHER, F.; GARDET, M. Le traumatisme de guerre au prisme des expertises : les dossiers de mineur.e.s des centres d'observation judiciaires (1943-1951). **Psychologie Clinique**, Paris, n. 53, p. 148-159, 2022. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-psychologie-clinique-2022-1-page-148?lang=fr>. Acesso em: 26 maio 2025.
- BLANCHARD, V. Sous toutes les coutures. Déviance juvénile féminine et observations de spécialistes (Tribunal pour Enfants de la Seine, années 1950). In: BANTIGNY, L.; VIMONT, J.-C. (eds.). **Sous l'œil de l'expert** : les dossiers judiciaires de personnalité. Paris: Presses Universitaires de Rouen, 2010. p. 69-79.
- BLANCHARD, V.; GARDET, M. **Mauvaise graine** : deux siècles d'histoire de la justice des enfants. Paris: Éditions Textuel, 2017.
- BLANCHARD, V.; GARDET, M. **La parole est aux accusés** : histoires d'une jeunesse sous surveillance, 1950-1960. Paris: Éditions Textuel, 2020.
- BLANCHARD, V.; REVENIN, R. Justice des mineurs, travail social et sexualité juvénile dans le Paris des années 1950: une prise en charge genrée. **Les Cahiers de Framespa** : nouveaux champs de l'histoire sociale, Toulouse, n. 7, p. 1-21, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/framespa/697>. Acesso em: 26 maio 2025.
- BOUSSION, S. Hérité vs traumatisme : psychiatres et enfants victimes de la guerre 1945-1950. **Psychologie clinique**, Paris, n. 53, p. 46-58, 2022. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-psychologie-clinique-2022-1-page-46?lang=fr>. Acesso em: 26 maio 2025.

BOUSSION, S.; GARDET, M. Que faire des enfants « déracinés » et « sans foyer » en sortie de guerre ? Les attermolements de l'internationale des communautés d'enfants dans l'après-Seconde Guerre mondiale. **La Revue Internationale de l'Éducation Familiale**, Paris, v. 49, n. 1, p. 23-40, 2021. Disponível em:

<https://shs.cairn.info/revue-la-revue-internationale-de-l-education-familiale-2021-1-page-23?lang=fr>. Acesso em: 26 maio 2025.

BOUSSION, S.; GARDET, M.; RUCHAT, M. **L'Internationale des républiques d'enfants (1939-1955)**. Paris: Anamosa, 2020.

CHAUVIÈRE, M. **Enfance inadaptée** : l'héritage de Vichy. Suivi de L'efficace des années quarante. Paris: L'Harmattan, 2009.

COFFIN, J.-C. La parole de l'adolescent et le trouble de l'expert. **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »**: Le Temps de l'histoire, Vaucresson, n. 11, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/3048>. Acesso em: 26 maio 2025.

COFFIN, J.-C. La construction d'une identité professionnelle : l'exemple de la psychiatrie de l'enfant dans la France des années 1950. **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »**. Le Temps de l'histoire, Vaucresson, n. 12, p. 65-83, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/3186>. Acesso em: 26 maio 2025.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **L'empire du traumatisme** : enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion, 2011.

FELDMAN, M. Survie et destin psychique des enfants juifs cachés en France pendant la Deuxième Guerre mondiale. **L'Autre. Revue transculturelle**, Grenoble, v. 7, n. 1, p. 61-77, 2006. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-l-autre-2006-1-page-61?lang=fr&tab=resume>. Acesso em: 26 maio 2025.

FELDMAN, M. **Entre trauma et protection** : quel devenir pour les enfants juifs cachés en France (1940-1944) ? Toulouse: Éditions Érès, 2009.

FISHMAN, S. **La bataille de l'enfance** : délinquance juvénile et justice des mineurs en France pendant la Seconde Guerre mondiale. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

GARDET, M. Présentation du dossier « Paroles libres, paroles captives ». **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »**: Le Temps de L'Histoire, Vaucresson, n. 11, p. 1-5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/3044>. Acesso em: 26 maio 2025.

GARDET, M. **Orphelins et mineurs délinquants (1889-1959)** : deux catégories et deux champs de recherche pour une enfance placée. Note de synthèse en vue de l'Habilitation à diriger des recherches. Paris: Université Paris 8, 2012.

GARDET, M. Face à la question sociale, la réponse médicale. **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière »**. Le Temps de L'Histoire, Vaucresson, n. 18, p. 253-274, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/3967>. Acesso em: 26 maio 2025.

GARDET, M. **Nous sommes venus en France**: voix de jeunes Algériens, 1945-1963. Paris: Anamosa, 2024.

GARDET, M.; SIFI, M. Français musulmans d'Algérie (FMA). Jeunes isolés en métropole dans les années 1950. In: LORCERIE, F. (org.). **Pratiquer les frontières**: jeunes migrants et descendants de migrants dans l'espace franco-maghrébin. Paris: CNRS Éditions, 2010. p. 97-118.

HAZAN, K. **Les orphelins de la Shoah**: les maisons de l'espoir (1944-1960). Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 2000.

HEUYER, G. **Enfants anormaux et délinquants juvéniles**: nécessité de l'examen psychiatrique des écoliers. Paris: G. Steinheil, 1914.

JABLONKA, I. (ed.). **L'enfant-Shoah**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

KNAPP, A. **Les Français sous les bombes alliées, 1940-1945**. Paris: Éditions Tallandier, 2012.

SANCHEZ, C. **Sous les regards de Caïn**: l'impossible observation des mineurs délinquants (1945-1972). Ramonville-Saint-Agne: Erès, 1995.

SANCHEZ, C. Les centres d'accueil et de triage de l'Éducation surveillée : 1941-1950. **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière»**: Le Temps de l'histoire, Vaucresson, n. 1, p. 120-134, 1998. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/25>. Acesso em: 26 maio 2025.

SIFI, M. Quand les jeunes migrants prennent la parole. Écrits de "Français musulmans d'Algérie" dans les dossiers judiciaires (1952-1962). **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière»**: Le Temps de l'histoire, Vaucresson, n. 11, p. 1-14, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/3087>. Acesso em: 26 maio 2025.

STARGARDT, N. **Witnesses of War**: children's lives under the nazis. 1st ed. New York: Knopf, 2006.

THOMAZEAU, A. **Rééduquer les mauvaises filles** : définition et traitement de la déviance juvénile féminine dans la France des Trente Glorieuses. 2010. Thèse (Doctorat en Histoire) – Université de Lyon, Lyon, 2010.

TOSCANI-MERLE, C. Psychologues à l'éducation surveillée.... **Bulletin de psychologie**, Paris, v. 43, n. 394, p. 146-153, 1990. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bupsy_0007-4403_1990_num_43_394_13126. Acesso em: 26 maio 2025.

TOSCANI-MERLE, C. La construction de la profession de psychologue dans le champ de la Justice des mineurs. **Revue d'histoire de l'enfance « irrégulière»**: Le Temps de l'histoire, Vaucresson, n. 6, p. 153-184, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhei/821?lang=en>. Acesso em: 26 maio 2025.